



POLÍTICA, PARTICIPAÇÃO E PESQUISA COM INFÂNCIA E JUVENTUDE: UMA ENTREVISTA COM LÚCIA RABELLO DE CASTRO

*POLITICS, SOCIAL PARTICIPATION AND RESEARCH WITH CHILDREN AND YOUTH:
AN INTERVIEW WITH LÚCIA RABELLO DE CASTRO*

Bruno Vieira dos Santos¹
Jéssica de Souza Carneiro²

Chegamos ao ano de 2021 nos deparando com uma realidade social ainda mais precária que nos anos anteriores. A ascensão de um governo federal eminentemente desconectado com as necessidades do povo brasileiro, aliada ao combate à pandemia de um vírus que o presidente da república insiste em sabotar, nos colocam, enquanto pesquisadores, num lugar limite. Como seguir com as nossas trajetórias e jornadas enquanto o país se agrava na marafunda, na desgraça social? Como pensar a juventude, a adolescência e a infância dentro desse contexto? Será que existe algum respiro ou espaço para que a participação política desses sujeitos possa acontecer?

Orientados por esse questionamento, o autor e a autora deste texto convidam a professora Lúcia Rabello de Castro para uma entrevista que tenta explorar alternativas para a situação colocada. A partir da perspectiva descolonial (Mignolo, 2008; Martins & Benzaquen, 2017), a doutora em Psicologia nos traz observações pertinentes ao processo de pesquisa participativa e nos instiga a pensar até mesmo em tal conceito - o que é “pesquisa participativa”? Ao questionar o encaixotamento das pesquisas sobre crianças, adolescentes e jovens em caixinhas disciplinares, analisa as constantes reconfigurações da atuação política juvenil e considera que “o campo da política é um campo que não se estreita e não se restringe à política com P maiúsculo”, observando que a política é “uma ação que tem a ver com possibilidades desses sujeitos contestarem, problematizarem, agirem, dentro de situações que eles julgam ser de opressão e de dominação”. A entrevista foi realizada em 03 de março de 2021 por meio de videoconferência.

Entrevistadora: *Professora, gostaríamos de pedir para você compartilhar um pouco da sua trajetória acadêmica, entrelaçando seu percurso nas pesquisas com a infância, a adolescência e a juventude e os desafios que percebe hoje em pesquisar sobre e com crianças, adolescentes e jovens.*

1 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Doutorando em Psicologia na linha de pesquisa Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Autor do livro “Ativismo Juvenil e Políticas Públicas” (Ed. Letramento). Pesquisador filiado à Associação Nacional Rede de Pesquisadores/as da Juventude Brasileira - REDEJUBRA e à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), Brasil. brunovieira.santos@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1572-1938>

2 Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Doutoranda e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Membro do coletivo de comunicação Ceará Criolo, do Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (Paralaxe-UFC) e do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS-UFC), Brasil. jessicarneiro@alu.ufc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9178-1142>

Lúcia Rabello: Então, eu acho que o percurso é bastante longo. Eu vou ter que fazer um atalho. Talvez comece pelo fim, ou seja, pelo presente - tentando voltar ao passado de algum modo. Eu me situo hoje como uma pessoa no final da trajetória acadêmica, finalizando uma etapa de vida. Eu tenho 40 anos de Universidade, de magistério. São mais de 40 anos considerando o tempo de magistério superior lá no Paraguai na década de 1970. Eu diria que meus interesses intelectuais, como os de qualquer pesquisador, foram se transformando ao longo do tempo. Ainda que eu possa dizer que tanto a infância quanto a juventude foram temas que me preocuparam e que estão comigo desde o começo da minha carreira, as perspectivas com que eu vim tratando esses assuntos também foram mudando. No momento presente – há mais de um decênio, na verdade, quando eu fui fazer o meu pós-doc na Índia, já estava interessada na perspectiva descolonial quando na verdade ainda nem era colocada. Hoje virou uma moda: todo mundo fala do “descolonial” para lá, “descolonial” para cá, enquanto há 10 anos esta perspectiva não era sequer objeto de interesse. Na época eu transitava dentro dessa discussão de infância e política, juventude e política. Foi quando a questão da dominação e da opressão começou a me inquietar muito. Nesse sentido, a partir desses últimos 10 ou 15 anos, tenho me dedicado aos estudos das perspectivas descoloniais às questões da Infância e da Juventude – principalmente na temática do *político* e da *política*. Assim, eu vejo que a perspectiva descolonial permite um olhar e uma abordagem crítica para além daquela outra perspectiva que, ao longo da minha carreira, também pude trabalhar: a perspectiva crítica da Escola de Frankfurt. Porém, a perspectiva crítica dos frankfurtianos é uma mirada a partir da Europa e perspectivada pelo conhecimento eurocentrado.

Comecei a me interessar pela perspectiva dos subalternos, sobretudo a partir da historiografia da Índia e, em seguida, pela perspectiva descolonial latino-americana que traz uma visão crítica a partir daqueles que sofreram colonização, internacionalmente conhecidos como países periféricos, “terceiro-mundistas” ou, como se chamava nas décadas de 1960 e 1970, países subdesenvolvidos (dividindo-se o planeta entre os que tinham desenvolvimento e aqueles que não eram desenvolvidos). Hoje, a perspectiva que tem me interessado muito é: de que forma a mirada descolonial pode nos ajudar, brasileiros e latino-americanos, a pensar de forma crítica a nossa história colonial, o nosso passado de escravidão, o conhecimento produzido na Psicologia sobre infância e juventude? Podemos dizer que o conhecimento da Psicologia de alguma forma se serviu de uma perspectiva eurocentrada. A própria ideia de um sujeito *soberano, racional, autônomo* é uma perspectiva que se alinha aos ideais de *razão, de progresso*, em sociedades cujas instituições, preponderantemente europeias, trilharam o caminho que configurou o perfil do sujeito liberal tomado como universal.

A perspectiva descolonial nos auxilia a pensar sobre os distanciamentos, rupturas, externalidades ao conhecimento tácito que recebemos da metrópole. Podemos também produzir um conhecimento sobre infância e sobre juventude que não seja condicionado a uma concepção ou uma história única, e que nos possibilite dar lugar a outras epistemes, inclusive as que possam responder de uma forma mais ajustada às nossas demandas como sociedade. O que eu poderia dizer é que a minha posição epistemológica, política e ética é fruto aí dos 40 anos de trabalho e de reflexão. A nossa trajetória é muito feita de avanços e retrocessos, muito solitários, de momentos de dúvida e, por fim, das interações que podemos ter com os colegas e com os alunos, principalmente.

Entrevistador: *Em uma entrevista anterior (Burgos & Canegal, 2014), você questiona uma suposta divisão acadêmica nos estudos geracionais - infância e adolescência “estariam” com a Psicologia, enquanto a juventude “estaria” com a Sociologia. Você se posicionou dizendo que percebe a convergência entre estes dois campos de saber: a Sociologia interessada nas subjetividades e a Psicologia pensando mais o social. Partindo dessa perspectiva,*

Lúcia, na qual você tenta pensar a subjetividade a partir das condições do contemporâneo, como você percebe os atravessamentos dos marcadores sociais (raça, gênero, classe, sexualidade, território etc.) na infância, na adolescência e na juventude?

Lúcia Rabello: Eu me coloco crítica a essa divisão acadêmica dos estudos geracionais. E acredito que esta divisão seja mais feita por parte dos estudiosos da juventude nas Ciências Sociais mais contemporâneos. Se você se debruçar sobre o trabalho dos estudiosos da juventude das décadas de 1960 e 1970 – textos clássicos como os de Otávio Ianni, de Maria Alice Foracchi e outros que têm textos basilares sobre a Sociologia da Juventude –, eles não fazem essa divisão. Eu diria até, ousando e sendo um pouco provocativa, que ela faz parte de uma estratégia de mercado: “psicólogos e psicólogas, ocupem-se apenas da adolescência, por que a juventude é nossa seara (dos sociólogos)”. Mas como você bem lembrou, os sociólogos e as sociólogas também estão muito interessados(as) nas questões da subjetividade. Eu acredito que isso seja um movimento muito brasileiro, porque da parte dos pesquisadores e das pesquisadoras de fora não vemos muito essa divisão.

É claro que a concepção de juventude tem uma genealogia que corresponde a um campo que, de alguma maneira, está mais entrelaçado a uma tradição disciplinar da Sociologia e das Ciências Sociais. O conceito de adolescência não é diferente, estando mais ancorado a uma tradição do campo psicológico. Isso, porém, não quer dizer que o fenômeno adolescência seja igual em todas as partes. Essa concepção da adolescência como uma fase universal é uma coisa muito antiga, datada. Nesse sentido, é muito válida a ideia de que a juventude interesse – e com toda a razão – à Psicologia. Pensar a produção do sujeito jovem a partir de marcadores de raça, de classe, de território, de gênero, de nacionalidade, do rural e do urbano é extremamente importante para o estudo da juventude. As juventudes estão determinadas por essas condições de produção. A perspectiva descolonial nos ajuda também a repensar os atravessamentos do fenômeno da juventude à luz também da nossa intelectualidade, e não apenas a partir de uma tradição marxiana ou norte-americana. Somos convocados a pensar como intelectuais negros contemporâneos (como Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Sueli Carneiro e outros) podem contribuir para o debate sobre os marcadores de raça aqui no Brasil, por exemplo. É muito interessante que possamos discutir também, travando um paralelo de como, por exemplo, a questão da racialização tem sido encarada na África colonial e pós-colonial, e não apenas a partir de uma perspectiva teórica eurocentrada. Eu mesma tenho um grande interesse nos intelectuais africanos.

Ao pensar nos modos de produção de subjetividade de jovens e crianças, interessa-nos pesquisar – e estar em diálogo – como os e as intelectuais brasileiros e brasileiras estão pensando essas questões. Como eles e elas estão reinventando ou reatualizando estes marcadores? Tomemos os trabalhos do Jessé de Souza: apesar de sua obra ter uma inspiração e uma formação bourdieusiana ou habermasiana, ele está muito preocupado com as questões brasileiras. É um estudioso das questões brasileiras de classe. Daí a importância de se ter uma leitura dos nossos marcadores sociais da juventude e da infância a partir de outro lugar – do nosso lugar (Brasil, América Latina), e das nossas próprias questões em diálogo com aqueles intelectuais brasileiros que tem se debruçado sobre isso.

Entrevistadora: Uma questão que tem trazido bastante reflexão e até deslocamentos em quem faz pesquisa participativa com crianças e jovens é a crescente mediação virtual das relações. Percebemos um movimento de menor ocupação dos espaços públicos, da cidade de uma forma geral. Em um contexto pandêmico, então, em que muitas pesquisas que se realizavam dentro de escolas tiveram de ser suspensas, a questão ainda não elaborada que fica é: como repensar o caráter participativo, as metodologias e instrumentos de pesquisas com estes grupos frente a

um irrefreável processo de virtualização agudizado pelo cenário pandêmico?

Lúcia Rabello: Olha, eu acho que a gente, em primeiro lugar, tem talvez pouca distância ainda do que estamos vivendo. Até pra gente ter uma perspectiva não tão embaralhada sobre os nossos acontecimentos. Eu acho que logo que esse contexto de dificuldade apareceu para todos nós, pesquisadores, professores, em que todas as relações ficaram mediadas pela virtualidade, tem acontecido uma explosão de contatos virtuais e de tentativa de dar conta e de compensar a falta de interações por meio dos contatos virtuais que a gente sabe que são muito precários – até mesmo pela nossa precariedade material em que as internetes são ruins, os computadores são ruins ou inexistentes, em que muita gente não tem nenhum acesso à internet. E eu diria também que a própria virtualidade estabeleceu um tipo de interação que é uma forma hegemônica de interação no nosso cotidiano atual. Eu vejo, para dar exemplo, como os alunos reclamam do cansaço de ficar na tela, muitas horas de interação virtual e como isso é desgastante, como isso é também de alguma forma insatisfatório. Eu mesma como professora sinto certa dificuldade de comunicar algumas ideias, seja porque não vejo as reações dos alunos (todo mundo está de câmera fechada), seja porque é diferente, não tem o contato, o calor, o cheiro, o suor, a gestualidade, o afeto, sei lá. E até algo que é da ordem de você ver as pessoas num plano bidimensional e longe, você perde muita coisa. Muitos aspectos ínfimos e sutis do contato face a face são perdidos. Acho que estamos num mundo que a gente está tentando dar conta, mas que ainda é muito desconhecido, só que a gente está tentando lidar com essa adversidade.

Você pergunta e eu até responderia de forma mais geral sobre as pesquisas participativas. Quando eu penso nisso, eu faria talvez uma nota de distinção em relação ao que nós estamos chamando de pesquisas participativas. Porque, de alguma forma, todas as pesquisas seriam participativas: você tem a anuência de jovens e crianças quando elas estão junto com você, elas estão participando – talvez a gente tenha que pensar é qual a forma de participação que a gente estaria desejando e objetivando. Há uma discussão bastante ampla (pelo menos no campo da infância, mais até que no campo da juventude) sobre as metodologias participativas. Quando você fala de pesquisa participativa eu imagino que talvez existam metodologias, abordagens, procedimentos que fazem com que os sujeitos com os quais a gente faz pesquisa possam estar numa situação de “menor assimetria” em termos de poder. Principalmente jovens e crianças, quem sabemos viver em um mundo adultista. Quando você se aproxima de crianças e jovens para pesquisar com eles, inexoravelmente eles já vão estar posicionados ali numa estrutura de relação que é assimétrica. Você é adulto, eles são crianças ou jovens. É claro que as pesquisas participativas, no intuito que eu suponho que você queira dar à ideia de “participativa”, estão alicerçadas por metodologias que permitem participação mais simétrica desses sujeitos, onde o pesquisador não é soberano, não dita as regras, não comanda o tempo todo. Por outro lado, este pesquisador está em um contexto mais amplo que não é somente aquele onde se dá o encontro com os jovens e as crianças. A pesquisa faz parte de um setor organizado da sociedade – não podemos nos esquecer disso: a pesquisa é instituída e institucionalizada dentro de um *establishment* que é a universidade e os centros de pesquisa, e para isso ela tem protocolos, rituais, prestações de responsabilidades etc. Ao mesmo tempo, apesar de toda essa institucionalidade – que faz com que também a pesquisa possa se revestir de certo manto de poder e saber –, enquanto pesquisador de infância e juventude você tem que ir a campo muito alerta, vigilante, questionando qual é a posição que você assume como pesquisador junto com crianças, com jovens. Quando você alude a essa diferença de *pesquisar sobre / pesquisar com*, todo mundo, mesmo que alardeie uma posição de pesquisar com, nem sempre o pratica. Não é porque é má intenção, é porque é difícil mesmo; o que seria pesquisar com? A gente fica pensando que, ao mesmo tempo em que a pesquisa tem que cumprir os objetivos que se propõe do seu ponto de vista

institucional, eu diria até sendo bastante provocativa e exagerada que tem que se praticar a transgressão pondo em suspenso as garantias deste lugar de poder-saber do pesquisador. Pensemos que, com os sujeitos jovens e crianças, eles podem estar submetidos a múltiplas opressões (de idade, de raça, classe, gênero etc.), e é neste espaço do encontro da pesquisa que se podem reproduzir – ou não – as múltiplas opressões do cotidiano destes sujeitos. A ideia de como nós, pesquisadores, vamos estabelecer uma relação mais simétrica com esses sujeitos é algo da ordem de um empreendimento interminável, do ponto de vista de a gente assegurar, mais ou menos, essa maior simetria. E do ponto de vista de que a problematização da condição do pesquisador é uma tarefa permanente, que não se termina. Eu diria até que uma simetria total é impossível. Porque você é adulto. Por exemplo: se vou estar com crianças de cinco, seis anos, que moram na periferia, que são negras, eu não posso esconder o fato de que sou uma mulher branca e que não moro na periferia. É essa minha condição que tenho que colocar em questão. Como eu pesquiso está completamente atravessado pelas minhas condições de gênero, raça e classe, e só uma reflexividade sobre a minha condição é que faz com que se possa avaliar quais seriam os pontos em que uma relação pode estar muito hierarquizada, assimétrica... Não é ocultando isso, mas justamente fazendo que isso seja passível de ser questionado.

E as crianças e os jovens vão perguntar de uma forma muito categórica e direta, quando eles são convidados a fazer pesquisas, “o que eu ganho com isso?”. “Você veio aqui saber da gente, saber alguma coisa, algum conhecimento que nós temos e você não tem, mas o que eu ganho com isso?” Essa pergunta tem de reverberar na gente como pesquisador. E eu diria que ela pode reverberar de várias maneiras. Eu penso que, é claro, a produção de conhecimento da universidade muitas vezes não produz um ganho direto e imediato para aqueles sujeitos; e isso é uma questão. Se, por exemplo, as crianças perguntam se o prefeito vai saber dessa pesquisa para que ele ponha ar condicionado nas salas porque no verão elas morrem de calor, a gente pode dizer a elas que vamos tornar as vozes delas conhecidas e públicas, mas que não podemos assegurar que o prefeito se sensibilize com o que elas estão dizendo. No campo das Ciências Humanas e Sociais, é cada vez mais cobrado que a gente se assemelhe às ciências mais experimentais e biológicas, em que você tem produtos da pesquisa; a vacina, por exemplo, é um produto da pesquisa. Mas, infelizmente ou felizmente, o que podemos aportar à sociedade nem sempre é sob a forma de tecnologias ou de políticas públicas – quando fazemos políticas públicas, a gente está apoiado num conhecimento que está dizendo “é melhor que o recurso governamental público seja aplicado dessa forma, com essas pessoas, nessa direção”. Isso significa que a gente estabeleceu um corpus de conhecimento que pode nos direcionar de uma forma muito clara como os recursos públicos podem ser aplicados. Mas isso nem sempre é possível. E aí a gente fica com a pergunta que nossos jovens e crianças fazem, do que eles podem ganhar com isso. O que a sociedade pode ganhar com isso. Eu acho que leva a gente a se perguntar pelo menos se o conhecimento que você está produzindo é socialmente relevante, se diz respeito a questões importantes da sociedade e se esse conhecimento de alguma maneira inclui, de forma verdadeira, esses sujeitos da pesquisa. Eu acho que temos aí essa questão: como se faz a inclusão desses sujeitos jovens e crianças com quem a gente pesquisa – principalmente se são jovens e crianças que estão mais marginalizados das benesses da sociedade?

De que forma a produção de conhecimento na Psicologia e nas Ciências Humanas e Sociais pode ao mesmo tempo dar conta das injunções institucionais a que esse conhecimento deve responder? Você poderia produzir conhecimento fora da universidade, frequentando seu campo de jovens, dialogando com eles, escrevendo em blogs, mas você veio fazer um doutorado; o fato de vocês terem vindo fazer um doutorado amarra vocês dentro de uma

institucionalidade acadêmica que é ferrenha, que também precisa se descolonizar. A gente está falando talvez de duplas descolonialidades: um movimento de descolonizar o saber eurocêntrico que recebemos, mas também a descolonização interna, ou seja, de como os nossos procedimentos – as nossas avaliações, as nossas interações dentro da universidade estão submetidas a uma amarração que é muito hierárquica, silenciadora, e que de alguma forma também nos move a perguntar e ter que haver com essas opressões que são o cotidiano da universidade. O *pesquisar com* está completamente atravessado por essas múltiplas injunções de opressão. Porque você pode ser um pesquisador que não questiona que tipo de conhecimento é esse que você assume como conhecimento da área, você pode achar que está tudo bem, mesmo você só usando autores estrangeiros e contemporâneos. Você pode estar atravessada por essa injunção que é um conhecimento irrefletido, não questionado e problematizado; você pode estar submetida a injunções da própria academia, às próprias injunções do fazer acadêmico e do saber acadêmico. A institucionalidade acadêmica tem suas hierarquias, e de alguma forma esconde os seus minissistemas de opressão... Isso pode ser reproduzido quando você faz pesquisa, e aí você faz pesquisa com jovens e crianças sem nem questionar essas múltiplas hierarquias às quais você também está sujeito, e que provavelmente você reproduz com os seus sujeitos de pesquisa. É uma espécie de *looping* de opressão. Também nada é garantido quando você assume a posição revertida ou reversa, a posição na qual você abdica do seu lugar de pesquisador, e simplesmente anula o seu lugar de pesquisador e diz “agora o oprimido vai falar”. Aí a pesquisa se torna a fala do oprimido, de cabo a rabo. Deixa de ser uma *pesquisa com* e passa a ser uma pesquisa que se encarna na fala daqueles que são oprimidos e marginalizados; de alguma forma a gente pode dizer que a pesquisa acaba, porque ela sempre implica e se produz numa *relação dialógica*, num encontro, numa diferença – ainda que uma diferença espinhosa, vertiginosa, com que a gente tem que se haver até o fundo da alma. Se você anula o teu lugar de pesquisador, você acaba com a relação dialógica, só fica com o monólogo. Essa talvez seja uma posição que a meu ver não ajuda a gente a pensar essa tarefa espinhosa do que é *pesquisar com*, o que é a pesquisa participativa.

Entrevistador: *A colombiana Sara Alvarado, em um texto que ela escreve com outros autores (Alvarado, Gómez & León, 2014), observa que os jovens, no que tange à participação política, não estão apáticos, mas são antipáticos às formas tradicionais/convencionais de se fazer política. Em outras entrevistas e conversas, você observa que a forma de ativismo político dos/as jovens mudou com o passar dos anos. O que podemos dizer a respeito dessa reconfiguração, principalmente, no que tange à possibilidade de tais jovens escreverem outras/novas narrativas sobre si?*

Lúcia Rabello: Eu vejo que você toca num ponto importante, da política e da possibilidade dos jovens poderem fazer política de outras formas. Ou seja, o campo da política é um campo que não se estreita e não se restringe à política com P maiúsculo, à política do Estado, à política formal, institucionalizada. A política é uma ação que tem a ver com possibilidades desses sujeitos contestarem, problematizarem, agirem dentro de situações que eles julgam ser de opressão e de dominação. Não só os jovens, mas as crianças também, porque o campo da ação política da criança ainda é mais radical, porque ela é vista ainda como um ser que está completamente fora do campo político – o jovem ainda se vê como sujeito que está “quase lá”, enquanto a criança é posicionada já de antemão como completamente alheia e incapaz de transitar nesse campo. Mas tanto o jovem como a criança fazem política; o meu trabalho atual é de poder pensar a política das crianças na escola até utilizando outro arsenal teórico e conceitual um pouco diferente.

Eu saí do debate entre público e privado, que permeia muito a discussão do campo político, do discurso como possibilidade do diálogo e da comunicação política. Quando você vai para o campo da infância, você tem que inventar

um arsenal teórico instrumental que te possibilite trabalhar com as questões da política na infância. Mais desafiador ainda. Dentro disso, vejo que hoje o jovem se vê dentro de uma pluralidade de opções, até de se alienar. A alienação não é uma condição atual, ela sempre existiu, sempre houve jovens que não gostavam, ou que não falavam e não queriam transitar no campo da política. Isso não é um atributo do jovem contemporâneo, pelo contrário. Mas é como se o jovem contemporâneo pudesse escolher mais as formas e lugares de pertencimento, seja se vendo como estudantes, como *rappers*, ou quaisquer outros grupos que propiciem não só uma identidade individual, mas principalmente, coletiva e politicamente ativa. Se você pegar os jovens do *hip hop*, certamente eles estão interessados sim em fazer, em mobilizar, em operar conteúdos políticos de denúncia, de acusação, de até apontar quem são os adversários e inimigos – já que ninguém faz isso sozinho; tanto o adulto quanto o jovem precisam estar num grupo para fazer isso: uma interlocução coletiva que existe nos grupos culturais (com uma pegada cultural mas que operam também no político), como também nas agremiações juvenis dos partidos políticos. Do ponto de vista da operação desse político, existem várias possibilidades hoje que estão aí, e que são passíveis de serem escolhidas. Eu acho que a grande questão para o jovem é que ele é interpelado a escolher, se posicionar, a fazer alguma coisa – até porque o não fazer é também uma escolha (vou só cuidar do meu futuro, por exemplo).

E o que é preocupante, talvez, é que cada vez mais o sistema escolar, o privado nem se fala, o público, principalmente – por conta também das condições cada vez mais opressivas com que professores trabalham –, diminuindo a possibilidade das crianças terem oportunidades de coletivizar a sua experiência escolar. Eu acho que coletivizar a experiência escolar é uma oportunidade ímpar para a criança desenvolver um sentido político da sua ação na escola, num sentido político de estar no mundo. Só para dar uma ideia, aqui na gestão do [ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo] Crivella, ele diminuiu o recreio para 15 minutos no sistema público. A gente sabe que o recreio é o único momento que as crianças têm para poder estar livre da governança dos adultos – é o único momento da escola que elas podem estar numa situação não tão subordinada. Quinze minutos em que as crianças têm que comer e ao mesmo tempo brincar. Ou seja: ele fez isso para economizar a merenda escolar, não precisar dar tanta merenda, substituir o almoço pelo lanche, esse tipo de coisa, para os custos ficarem mais baratos. Eu vejo isso como uma tomada de decisão em relação às crianças que gera um prejuízo na formação política delas que é inimaginável. A gente não consegue quantificar em termos de prejuízo político. Isso parece que é um dano de pouca monta, mas não é, porque vai fazer com que se crie um processo de subjetivação completamente pernicioso. Ou seja, a escola não está permitindo a formação de identidades coletivas. Eu vejo com preocupação cada vez maior o poder público dificultando esse processo de subjetivação política das crianças com um prejuízo enorme para as novas gerações, fazendo com que a escola se torne o lugar em que você vem fazer apenas uma tarefa, que é obter conhecimento para passar nos exames, obter seu título de ensino fundamental ou médio, e eventualmente chegar a uma universidade – ela se torna o lugar de subjetivação de um sujeito dentro do sistema liberal capitalista movido pelo auto-interesse, apenas isso.

REFERÊNCIAS

Alvarado, Sara Victoria; Gómez, Ariel Humberto; León, María Cristina Sánchez. (2014). Jóvenes y participación política en el mundo contemporáneo: de la apatía a la antipatía por modos hegemónicos de vida. In: Vommaro, Pablo A., Alvarado, Sara Victoria (orgs). (2014). *En busca de las condiciones juveniles latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso.

Burgos, Marcelo; Canegal, Ana C. (2014). Entrevista com Lucia Rabello de Castro. *Desigualdade & Diversidade - Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*. 15, pp. 161-187.

Martins, Paulo H.; Benzaquen, Julia F. (2017) Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, 2(11), pp. 10-31.

Mignolo, Walter D. (2008). Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em Política. *Cadernos de Letras da UFF*. 34, p. 287-324. Recuperado em 24 de abril de 2021 de http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf.